



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

NOTA PGFN/CRJ/Nº 480 /2017

Documento Público.

PIS/COFINS – Importação. Exclusão do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições da base de cálculo dos tributos. Entendimento firmado no RE nº 559.937/RS.

Análise quanto à extensão da dispensa de contestar e recorrer fundada no RE nº 559.937/RS às demandas que versem sobre a exclusão do II e do IPI da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS – Importação.

Nota Explicativa de que trata o art. 3º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 2014.

I

Trata-se de mensagem eletrônica do Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional em Minas Gerais (PFN/MG), encaminhada em 20.06.2016 a esta Coordenação-Geral da Representação Judicial (PGFN/CRJ), na qual se indaga sobre a possibilidade de extensão da dispensa de contestar e recorrer fundada no RE nº 559.937/RS — que rechaçou a inclusão, na base de cálculo das contribuições relativas ao PIS/COFINS-Importação, do valor do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e das próprias contribuições-, às demandas judiciais que buscam excluir o Imposto de Importação – II e o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação.

2. Conforme relata a consulta, a PFN/MG tem se deparado com diversas ações judiciais que impugnam a inclusão do II e do IPI na base de cálculo do PIS-Importação e da COFINS-Importação. Muito embora a Inspeção Local da Receita Federal do Brasil haja informado que os referidos impostos não integram a base tributável das contribuições questionadas, pondera a consultante que a cobrança do PIS/COFINS – Importação sobre a base ampliada referente ao II e ao IPI, objeto do questionamento dos contribuintes, pode referir-se a períodos pretéritos, quando em vigor a fórmula de cálculo prevista na Instrução



Normativa SRF nº 572, de 2005, ora revogada pela Instrução Normativa RFB nº 1401, de 2013.

3. Argumenta o consulente que, apesar da questão quanto à inclusão do II e do IPI na base de cálculo do PIS/COFINS–Importação não ter sido objeto do RE nº 559.937/RS, o qual se limitou à apreciação do ICMS na base de cálculo das citadas contribuições (art. 7º, I, da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004), o raciocínio jurídico empreendido nesse julgamento é o mesmo, de forma a afastar, também naquelas situações, o cômputo dos impostos na base tributável. Nesse contexto, requer o consulente que se analise a viabilidade de estender-se a dispensa de impugnação judicial fundada no RE nº 559.937/RS às demandas em que se discuta a inclusão do II e do IPI na base de cálculo do PIS/COFINS – Importação.

4. É o breve relato. Passa-se à análise.

II

5. No julgamento do RE nº 559.937/RS, sob o regime do art. 543-B do CPC/73 (tema nº 01 de repercussão geral), o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade parcial do art. 7º, inciso I, da Lei nº 10.865, de 2004 (em sua redação original), no que diz respeito ao acréscimo à base de cálculo do PIS/PASEP- Importação e da COFINS-Importação **do valor do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições**, por violação do art. 149, §2º, III, “a”, da CF/88. Transcreve-se, a seguir, a ementa do julgado:

EMENTA Tributário. Recurso extraordinário. Repercussão geral. PIS/COFINS – importação. Lei nº 10.865/04. Vedação de bis in idem. Não ocorrência. Suporte direto da contribuição do importador (arts. 149, II, e 195, IV, da CF e art. 149, § 2º, III, da CF, acrescido pela EC 33/01). Alíquota específica ou ad valorem. Valor aduaneiro acrescido do valor do ICMS e das próprias contribuições. Inconstitucionalidade. Isonomia. Ausência de afronta.

1. Afastada a alegação de violação da vedação ao bis in idem, com invocação do art. 195, § 4º, da CF. Não há que se falar sobre invalidade da instituição originária e simultânea de contribuições idênticas com fundamento no inciso IV do art. 195, com alíquotas apartadas para fins exclusivos de destinação.

2. Contribuições cuja instituição foi previamente prevista e autorizada, de modo expresse, em um dos incisos do art. 195 da Constituição validamente instituídas por lei ordinária. Precedentes.

3. Inaplicável ao caso o art. 195, § 4º, da Constituição. Não há que se dizer que deversem as contribuições em questão ser necessariamente não-cumulativas. O fato de não se admitir o crédito senão para as empresas sujeitas à apuração do PIS e da COFINS pelo regime não-cumulativo não chega a implicar ofensa à isonomia, de modo



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

a fulminar todo o tributo. A sujeição ao regime do lucro presumido, que implica submissão ao regime cumulativo, é opcional, de modo que não se vislumbra, igualmente, violação do art. 150, II, da CF.

4 Ao dizer que a contribuição ao PIS/PASEP- Importação e a COFINS-Importação poderão ter alíquotas ad valorem e base de cálculo o valor aduaneiro, o constituinte derivado circunscreveu a tal base a respectiva competência.

5. **A referência ao valor aduaneiro no art. 149, § 2º, III, a, da CF implicou utilização de expressão com sentido técnico inequívoco, porquanto já era utilizada pela legislação tributária para indicar a base de cálculo do Imposto sobre a Importação.**

6. **A Lei 10.865/04, ao instituir o PIS/PASEP -Importação e a COFINS -Importação, não alargou propriamente o conceito de valor aduaneiro, de modo que passasse a abranger, para fins de apuração de tais contribuições, outras grandezas nele não contidas. O que fez foi desconsiderar a imposição constitucional de que as contribuições sociais sobre a importação que tenham alíquota ad valorem sejam calculadas com base no valor aduaneiro, extrapolando a norma do art. 149, § 2º, III, a, da Constituição Federal.**

7. Não há como equiparar, de modo absoluto, a tributação da importação com a tributação das operações internas. O PIS/PASEP -Importação e a COFINS -Importação incidem sobre operação na qual o contribuinte efetuou despesas com a aquisição do produto importado, enquanto a PIS e a COFINS internas incidem sobre o faturamento ou a receita, conforme o regime. São tributos distintos.

8. **O gravame das operações de importação se dá não como concretização do princípio da isonomia, mas como medida de política tributária tendente a evitar que a entrada de produtos desonerados tenha efeitos predatórios relativamente às empresas sediadas no País, visando, assim, ao equilíbrio da balança comercial.**

9. **Inconstitucionalidade da seguinte parte do art. 7º, inciso I, da Lei 10.865/04: “acrescido do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições”, por violação do art. 149, § 2º, III, a, da CF, acrescido pela EC 33/01.** 10. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (RE 559937, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Relator(a) p/ Acórdão: Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 20/03/2013, REPERCUSSÃO GERAL)

6. A Fazenda Nacional opôs embargos declaratórios com o intuito de obter a modulação temporal dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade, pretensão que foi rejeitada pelo Plenário do STF na sessão de 17.9.2014. Diante desse cenário, a PGFN incluiu a matéria em apreço na lista de temas julgados na forma do art. 543-B do CPC/73 e que não mais serão objeto de contestação e recursos por parte da PGFN¹.

¹ Item 1.31, letra “i”, da Lista de temas com dispensa de contestar e recorrer: **“i) PIS/COFINS importação - Base de cálculo - ICMS e valor das próprias contribuições.** RE nº 559.937/RS (tema nº 01 de repercussão geral).

Resumo: Inconstitucionalidade da seguinte parte do art. 7º, inciso I, da Lei 10.865/04: “acrescido do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições”, por violação do art. 149, § 2º, III, a, da CF, acrescido pela EC 33/01. **Referência:** Nota PGFN/CASTF nº 547/2015.



7. Convém registrar que a Receita Federal do Brasil encontra-se vinculada à tese firmada pelo E. STF, em virtude do disposto nos §§ 4º, 5º e 7º do art. 19, da Lei nº 10.522, de 2002², tendo as Notas PGFN/CASTF nº 1254/2014 e 547/2015, explicitado as balizas necessárias à observância administrativa do entendimento pacificado.

8. A dispensa de impugnação judicial em questão e todas as orientações internas dela decorrentes restringiram-se aos limites da questão posta no RE nº 559.937/RS, que, como dito, **fulminou a possibilidade de acrescer-se à base de cálculo do PIS/COFINS-Importação o valor do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e o valor das próprias contribuições, com a declaração parcial de inconstitucionalidade do art. 7º, I, da Lei nº 10.685, de 2004**. Não fora analisada pela PGFN, para fins de dispensa de contestação e recursos, o eventual afastamento dos valores relativos ao II ou ao IPI da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação, porquanto igualmente não abordado pelo STF quando do julgamento paradigma.

9. Pois bem. Considerando a notícia de que tem sido constatado expressivo número de demandas judiciais em que se questiona a inclusão do II e do IPI na base de cálculo do PIS/COFINS-Importação, cumpre-nos analisar a viabilidade de estender-se a dispensa de impugnação judicial fundada nos estritos limites do RE nº 559.937/RS, conforme explicitado na consulta.

10. Da leitura do inteiro teor do acórdão decorrente do RE nº 559.937/RS, extraem-se, em síntese, os seguintes fundamentos jurídicos que levaram a Corte Suprema a decidir pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS (e do valor das próprias contribuições) na base de cálculo do PIS/COFINS-Importação:

- (i) A referência ao **valor aduaneiro** no art. 149, § 2º, III, a, da CF, implicou utilização de expressão com sentido técnico inequívoco, porquanto já era utilizada pela legislação tributária para indicar a base de cálculo do

² § 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil não constituirá os créditos tributários relativos às matérias de que tratam os incisos II, IV e V do caput, após manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos casos dos incisos IV e V do caput. (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013) § 5º As unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil deverão reproduzir, em suas decisões sobre as matérias a que se refere o caput, o entendimento adotado nas decisões definitivas de mérito, que versem sobre essas matérias, após manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos casos dos incisos IV e V do caput. (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013) § 6º - (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013) § 7º Na hipótese de créditos tributários já constituídos, a autoridade lançadora deverá rever de ofício o lançamento, para efeito de alterar total ou parcialmente o crédito tributário, conforme o caso, após manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos casos dos incisos IV e V do caput. (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)



Imposto sobre a Importação. Na verdade, essa norma delimita, **por inteiro**, a base de cálculo das contribuições sociais a ser adotada nos casos de importação, tratando-se de comando dirigido ao legislador ordinário que revela a grandeza econômica que pode ser onerada – o **valor aduaneiro** - quando se verifica o fato jurídico “realizar operações de importação de bens”.

- (ii) A Lei nº 10.865/04, ao instituir a PIS/PASEP -Importação e a COFINS-Importação, não alargou propriamente o conceito de valor aduaneiro. Na verdade, a lei teria desconsiderado **a imposição constitucional** de que as contribuições sociais sobre a importação, quando tenham alíquota *ad valorem*, **sejam calculadas apenas com base no valor aduaneiro**. Dessa forma, o acréscimo do ICMS-Importação e o acréscimo das próprias PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação ao valor aduaneiro, para fins de apuração da base de cálculo dessas contribuições, **expressa extrapolação da base permitida pela Constituição (art. 149, § 2º, III, a) e que condicionava o exercício da competência legislativa**.
- (iii) Afastou-se, ainda, o argumento de que a base de cálculo nos moldes do art. 7º, I, da Lei nº 10.865, de 2004, buscava assegurar um tratamento tributário isonômico, equalizando a tributação dos bens produzidos no país com os importados de residentes e domiciliados no exterior, sob pena de prejudicar a produção nacional. Rechaçando essa defesa, entendeu o STF que não se trata de concretização do princípio da isonomia, mas de política tributária de extrafiscalidade que não pode servir de fundamento para justificar, constitucionalmente, a tributação pretendida, deixando-se de atender às delimitações impostas pelo texto constitucional.

11. Observa-se que, de fato, as mesmas razões de decidir empregadas quando do exame da questão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS-Importação (e do acréscimo das próprias contribuições) podem ser transportadas para afastar, de igual modo, a inclusão do II e do IPI na base impositiva. Tais exações **estariam alheias ao conceito de valor aduaneiro que, conforme assentado pelo STF, configura a (única) grandeza econômica**



passível ser tributada a título de PIS/COFINS–Importação, a teor do art. 149, § 2º, III, a, da Constituição Federal de 1988.

12. Ressalte-se, por oportuno, que os Tribunais Regionais Federais têm majoritariamente aplicado à espécie o precedente originado do RE nº 559.937/RS, senão vejamos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO: REPETIÇÃO VIA EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. PIS/COFINS - IMPORTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI E IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - II. EXCLUSÃO.

1. Relativamente à possibilidade da autora obter a restituição mediante repetição via expedição de precatório, referente à inclusão da base de cálculo do PIS-Importação e da COFINS-Importação de outros valores que não o referente ao valor aduaneiro, conforme decisão firmada pelo E. Supremo Tribunal Federal na RE 559.937/RS, merecem ser acolhidos os embargos por ela opostos, uma vez que, com efeito, o acórdão ora atacado silenciou acerca deste ponto o qual, gize-se, foi expressamente solicitado nas razões alinhadas já na inicial e reforçadas no apelo interposto pela citada autora.

2. Com efeito, a questão da exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação dos valores alusivos ao Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI e Imposto de Importação - II não foi objeto de exame no acórdão embargado, a despeito de haver sido expressamente requerido na inicial e concedido pelo MM. Julgador Primeiro Grau.

3. **O Supremo Tribunal Federal ao declarar a inconstitucionalidade de parte da norma do art. 7º, inciso I, da Lei nº 10.865/04 - RE 559.937/RS -, estabeleceu que a base de cálculo das contribuições do PIS - Importação e COFINS - Importação seria exclusivamente o valor aduaneiro, excluindo-se da composição da base econômica em tela outros tributos acaso cobrados, a exemplo de IPI e Imposto de Importação.**

4. Conforme se depreende, nos termos do voto da Relatora Ministra ELLEN GRACIE, a qual foi secundada, no ponto, no voto-vista do Relator para o Acórdão, o Ministro DIAS TOFFOLI, o conceito de valor aduaneiro não cogita de qualquer outra parcela que não seja aquele fixado segundo as normas do art. 7º do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT.

5. Precedentes deste Tribunal e demais Cortes Regionais Federais.

6. Embargos de declaração da autora acolhidos para reconhecer a omissão apontada, no sentido de autorizá-la a promover a compensação ou repetição do indébito tributário, mediante a expedição do competente precatório.

7. **Embargos de declaração da União Federal acolhidos mas, no mérito, improvidos, com fito a reconhecer que a exclusão da base de cálculo das contribuições relativas ao PIS - Importação e COFINS - Importação, além do montante relativo ao ICMS e das próprias contribuições, conforme já decidido no acórdão ora atacado, atinge os valores atinentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e ao Imposto de Importação - II, por não estarem abarcados no conceito de valor aduaneiro, nos termos da legislação de regência, conforme explicitado.**

(TRF 3ª Região, QUARTA TURMA, APELREEX - APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO - 1983525 - 0020034-53.2013.4.03.6100, Rel. JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCELO GUERRA, julgado em 05/02/2015, e-DJF3 Judicial 1 DATA:10/02/2015)



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PIS IMPORTAÇÃO. COFINS IMPORTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. VALOR ADUANEIRO.

Definido pelo STF, por ocasião do julgamento do RE nº 559.937, que a base de cálculo das contribuições PIS/COFINS - Importação é o valor aduaneiro, assim entendido como o valor da mercadoria importada, acrescido dos custos e despesas de transporte e seguro (art. VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, internalizado pelo Decreto n.º 1.355/94, e arts. 75 e 77 do Decreto n.º 6.759/09), devem ser excluídos, também, da fórmula utilizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, prevista na IN SRF nº 572/05, os valores devidos a título de II e II.

(TRF4ª Região, 1ª Turma, APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 5002181-83.2014.4.04.7101/RS, Rel. Jorge Antonio Maurique, julgado em 27.04.2016)

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 19, § 1º, I, DA LEI Nº 10.522/02. NÃO APLICAÇÃO.

1. Tendo a União deixado de contestar o mérito da demanda relativamente à inconstitucionalidade do art. 7º, inc. I, da Lei nº 10.865/04, porquanto tal matéria já foi objeto de apreciação do Plenário do e. STF, incabível a submissão do feito ao reexame necessário (art. 19, § 2º, da Lei nº 10.522/02).

2. Definido pelo STF, por ocasião do julgamento do RE nº 559.937, que a base de cálculo das contribuições PIS/COFINS - Importação é o valor aduaneiro, assim entendido como o valor da mercadoria importada, acrescido dos custos e despesas de transporte e seguro (art. VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, internalizado pelo Decreto n.º 1.355/94, e arts. 75 e 77 do Decreto n.º 6.759/09), devem ser excluídos, também, da fórmula utilizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, prevista na IN SRF nº 572/05, os valores devidos a título de IPI e II.

3. Em que pese a Fazenda Nacional, em sua contestação, tenha referido expressamente que deixava de contestar o mérito da causa, interpôs recurso de cunho meritório, o que inviabiliza a aplicação do art. 19, § 1º, I, da Lei nº 10.522/02.

(TRF4ª Região, APELREEX 5007346-14.2014.404.7101 Segunda Turma, Rel. Claudia Maria Dadico, julgado em 29.03.2016)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. IPI. IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PESSOA FÍSICA. INCIDÊNCIA. STF. REPERCUSSÃO GERAL. PIS/COFINS IMPORTAÇÃO. INCLUSÃO DO ICMS NAS BASES DE CÁLCULO. LEI 10.865/2004, ART. 7º, I. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL, NOS TERMOS DO ART. 543-B DO CPC/1973. INCLUSÃO DO IPI E DO II NAS BASES DE CÁLCULO DO PIS/COFINS IMPORTAÇÃO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. APELAÇÕES DA PARTE AUTORA, DA UNIÃO (FN) E REMESSA OFICIAL PROVIDAS. 1. O Supremo Tribunal Federal, no RE n. 723651/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, Informativo STF 813, julgado sob o regime de repercussão geral, em 03.02.2016, fixou o entendimento no sentido de ser devido o IPI nas operações de importação de veículos automotores realizadas por pessoas físicas, ainda que para uso próprio. 2. "Não há como equiparar, de modo absoluto, a tributação da importação com a tributação das operações internas. O PIS/PASEP-Importação e a COFINS-Importação incidem sobre operação na qual o contribuinte efetuou despesas com a aquisição do produto importado, enquanto a PIS e a COFINS internas incidem sobre o faturamento ou a receita, conforme o regime. São tributos distintos. O gravame das operações de importação se dá não como concretização do princípio da isonomia, mas como medida de política tributária tendente a evitar que a entrada de produtos desonerados tenha efeitos predatórios relativamente às empresas



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

sediadas no País, visando, assim, ao equilíbrio da balança comercial. Inconstitucionalidade da seguinte parte do art. 7º, inciso I, da Lei 10.865/04: "acrescido do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições, por violação do art. 149, § 2º, III, a, da CF, acrescido pela EC 33/01" (RE 559.937/RS, STF, Tribunal Pleno, Rel. Ministra Ellen Gracie; Rel. p/acórdão Ministro Dias Toffoli, DJe-206 17/10/2013, p. 11 - REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO). **3. Indevida a inclusão do IPI e do Imposto de Importação-II nas bases de cálculo do PIS/COFINS IMPORTAÇÃO. Precedentes deste Tribunal.** 4. Mesmo considerando o teor do art. 86 e do § 14 do art. 85 do NCPC, haja vista a verificação da sucumbência recíproca, no presente caso, tratando-se de condenação ilícita, a fixação do percentual relativo aos honorários advocatícios somente ocorrerá na liquidação do julgado, nos termos do art. 85, § 4º, II, do NCPC. 5. Apelações da parte autora, da União (FN) e remessa oficial providas.

(TRF 1ª Região, AC 0039356-02.2012.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA, OITAVA TURMA, e-DJF1 de 07/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES AO PIS E À COFINS. IMPORTAÇÃO. LEI N. 10.865/2004. BASE DE CÁLCULO. VALOR ADUANEIRO. EXCLUSÃO DO ICMS. 1. Legítima a exigência do PIS e da COFINS sobre importação de produtos e serviços, conforme previsão do art. 149, § 2º, III, "a", da CF/88 (EC n. 42/2003), **devendo, contudo, ser considerado como base de cálculo somente o valor aduaneiro, excluídos os acréscimos introduzidos pelo inciso I do art. 7º da Lei n. 10.865/2004, referentes ao ICMS e às próprias contribuições.** Precedente: STF, RE 559.607, apreciado sob o regime da repercussão geral - § 3º do art. 543-B do CPC. 2. No mesmo contexto, afasta-se a incidência do II e do IPI na base de cálculo da contribuição para o PIS-importação e da COFINS-importação. 3. Apelação e remessa oficial desprovidas.

(TRF 1ª Região, AMS 0000438-58.2010.4.01.3800 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL CLODOMIR SEBASTIÃO REIS (CONV.), OITAVA TURMA, e-DJF1 p.249 de 04/11/2013)

PROCESSUAL CIVIL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO SENDO AGRAVO LEGAL. ART. 557, CPC. APELAÇÃO. TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS IMPORTAÇÃO. EXCLUSÃO ICMS, IPI E II. COMPENSAÇÃO. AGRAVO LEGAL DA AUTORA PROVIDO. AGRAVO LEGAL DA UNIÃO IMPROVIDO.

(...)

- A exclusão da base de cálculo das contribuições relativas ao PIS - Importação e COFINS - Importação, além do montante relativo ao ICMS e das próprias contribuições, conforme já decidido no acórdão ora atacado, atinge os valores atinentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e ao Imposto de Importação - II, por não estarem abarcados no conceito de valor aduaneiro, nos termos da legislação de regência, conforme já explicitado.

- Não vislumbro qualquer vício a justificar a reforma da decisão ora agravada.

- Agravo legal da autora provido. Agravo legal da união improvido.

(TRF 3ª Região, QUARTA TURMA, APELREEX - APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO - 2109262 - 0003982-52.2013.4.03.6109, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE, julgado em 17/02/2016, e-DJF3 Judicial 1 DATA:03/03/2016)

Get
- FN



13. No âmbito do STF, embora a matéria não tenha sido analisada expressamente, tem-se, por exemplo, a decisão monocrática proferida no ARE nº 786828/SC que, à luz do RE nº 559.937/RS, confirma o entendimento do acórdão recorrido no sentido de afastar da base de cálculo do PIS/COFINS- Importação tanto o ICMS e as próprias contribuições, quanto o II e o IPI.

14. Entende-se viável, pois, a extensão da dispensa de recorrer fundada no RE nº 559.937/RS às demandas em que se questiona o acréscimo do II e do IPI à base de cálculo do PIS/COFINS- Importação, como verdadeiro desdobramento daquele julgado submetido ao rito da repercussão geral. Com efeito, se, ao interpretar o art. 7º, inciso I, da Lei nº 10.865, de 2004 (regra que estatui a base de cálculo da contribuição ao PIS/COFINS-Importação na hipótese de importação de bens sujeitos à alíquota ad valorem), **o STF entendeu que a base de cálculo das contribuições em enfoque deve limitar-se ao “valor aduaneiro”, a teor do art. 149, § 2º, III, a, da Constituição Federal de 1988, qualquer outra inclusão que não esteja abarcada no referido conceito, a exemplo do II e do IPI, há de ser igualmente afastada.**

15. Ademais, como muito bem sinalizado na consulta, as demandas judiciais em que se questiona a inclusão do II e do IPI na base de cálculo do PIS/COFINS-Importação referem-se justamente ao período em que vigorava a sistemática de cálculo da IN SRF nº 572, de 2005³, ora revogada. Os referidos acréscimos à base imponível não encontram previsão

³ O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 230 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação dada pela Lei nº 11.196, de 22 de novembro de 2005, declara:

Art. 1º Os valores a serem pagos relativamente à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins-Importação) serão obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas, exceto quando a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) for específica:

I - na importação de bens

Cofins IMPORTAÇÃO = $d \times (VA \times X)$

Pis IMPORTAÇÃO = $c \times (VA \times X)$

onde,

$$X = \frac{1+e \times [a + b \times (1+a)]}{(1 - c - d) \times (1 - e)}$$

VA = Valor Aduaneiro

a = alíquota do Imposto de Importação (II)

b = alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

c = alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação

d = alíquota da Cofins-Importação

e = alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)



legal no art. 7º, I, da Lei nº 10.865, de 2004, mesmo em sua redação anterior à Lei nº 12.865, de 2013. Atualmente, a Instrução Normativa RFB nº 1401, de 09 de outubro de 2013, que regulamenta a matéria, apenas prevê que a alíquota da contribuição incidirá sobre o valor aduaneiro da operação (art. 1º, II), encontrando-se perfeitamente alinhada à orientação do precedente originado do RE nº 559.937/RS.

16. Consoante entendimento da Coordenação-Geral de Assuntos Tributários desta PGFN⁴, a presença do II e do IPI na fórmula de cálculo utilizada pela IN nº 572, de 2005, devia-se, apenas, ao fato de que ambos os impostos compõem o cálculo do ICMS (para o cálculo do ICMS, incluem-se os tributos federais), nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

17. Nesse cenário, resta evidente que o paradigma de repercussão geral firmado no RE nº 559.937/RS, ao afastar o valor do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e o valor das próprias contribuições da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação, acarreta, necessariamente, o afastamento do II e do IPI da mesma base de cálculo, uma vez que tais exações somente eram computadas por integrarem o próprio cálculo do ICMS.

18. Por fim, releva notar que o entendimento ora exposto tem por premissa o conceito de “valor aduaneiro” adotado pelo STF e, dessa forma, restringe-se ao PIS/COFINS-Importação incidente na entrada de bens no território nacional. Vale dizer, a dispensa em questão **não se estende à importação de serviços**, hipótese em que a base de cálculo do PIS/COFINS-importação é diversa do “valor aduaneiro” e não foi objeto de deliberação pela Corte Suprema.

III

19. Ante o exposto, entende-se que a dispensa de contestar e recorrer fundada no RE nº 599.937/RS abrange as demandas em que se questiona **o acréscimo do II e do IPI à base de cálculo do PIS/COFINS- Importação**, como verdadeiro desdobramento daquele julgado submetido ao rito da repercussão geral.

20. O entendimento ora exposto tem por premissa o conceito de “valor aduaneiro” adotado pelo STF e, dessa forma, restringe-se ao PIS/COFINS-Importação incidente na

⁴ Parecer PGFN/CAT nº 598, de 2017, de acesso restrito em razão de sigilo profissional.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

entrada de bens no território nacional. Vale dizer, a dispensa em questão **não se estende à importação de serviços**, hipótese em que a base de cálculo do PIS/COFINS-importação é diversa do “valor aduaneiro” e não foi objeto de deliberação pela Corte Suprema.

21. É a manifestação. Caso aprovada, propõe-se o encaminhamento da presente Nota Explicativa à Receita Federal do Brasil, para os fins do art. 3º da Portaria PGFN/RFB nº 01, de 2014.
22. Recomenda-se, ainda, ampla divulgação da presente Nota.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 23 de maio de 2017.


GEILA LÍDIA BARRETO BARBOSA DINIZ
Procuradora da Fazenda Nacional



Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DESPACHO PGFN/CRJ/ S/N /2017

Documento: Registro nº 166645/2017

Interessado: PGFN/CRJ

Assunto: Documento Público. PIS/COFINS – Importação. Exclusão do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições da base de cálculo dos tributos. Entendimento firmado no RE nº 559.937/RS. Análise quanto à extensão da dispensa de contestar e recorrer fundada no RE nº 559.937/RS às demandas que versem sobre a exclusão do II e do IPI da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS – Importação. Nota Explicativa de que trata o art. 3º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 2014..

Trata-se de NOTA PGFN/CRJ/Nº 480 /2017, da lavra da Procuradora GEILA LÍDIA BARRETO BARBOSA DINIZ, com a qual manifesto minha concordância.


À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 24 de maio de 2017.


FILIPPE AGUIAR DE BARROS
Coordenador-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional Substituto

Aprovo. Propõe-se o encaminhamento da presente Nota Explicativa à Receita Federal do Brasil, para os fins do art. 3º da Portaria PGFN/RFB nº 01, de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 30 de maio de 2017.


CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Procurador-Geral Adjunto Consultoria e Estratégia da Representação Judicial e Administrativa Tributária